

BOOK NOTE

David Hume, *Uma Investigação sobre os Princípios da Moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques, EDUNICAMP, Campinas, 1995.

PLÍNIO JUNQUEIRA SMITH

*Departamento de Filosofia,
Universidade Federal do Paraná,
Rua General Carneiro, 460, 7º andar
80060-150 CURITIBA, Pr
BRASIL*

plinio@coruja.humanas.ufpr.br

Em 1995, foi traduzida para o português, por José Oscar de Almeida Marques, a obra que Hume julgou como a mais bem escrita por ele, *Uma Investigação sobre os Princípios da Moral*. A tradução de uma obra clássica e importante é sempre elogiável, sobretudo tendo-se em conta as poucas traduções de que dispomos; neste caso, a tradução é ainda mais bem-vinda, porque feita por um filósofo. Como é bem sabido, Hume é um pensador decisivo na história da filosofia, cuja atualidade é inquestionável. Curiosamente, foi a sua "lógica" que chamou mais a atenção dos filósofos e que continua a servir de referência para muitas de nossas reflexões; sua filosofia moral, na qual ele estava pessoalmente mais interessado, foi bem menos estudada e causou menos repercussão. A tradução dessa obra-

prima permite-nos reavaliar a profundidade da reflexão humana sobre a moral. Antes, entretanto, de comentar a tradução, talvez caiba fazer alguns comentários genéricos sobre Hume.

A importância da reflexão de Hume sobre a moral pode ser percebida de várias perspectivas. Uma delas é o papel que as preocupações de Hume com a moral desempenharam no seu desenvolvimento intelectual. Kemp Smith argumentou longamente que a "lógica" deveria ser compreendida a partir da inversão que Hume propunha dos papéis da razão e do sentimento na esfera moral.¹ Tradicionalmente, concebia-se o juízo moral como determinado pela razão; Hume, no entanto, teria percebido que a razão é incapaz de determinar por ela mesma qualquer juízo moral; seu papel seria somente o de descobrir qual o melhor meio de se atingir um fim, mas jamais poderia preferir um fim em detrimento de outro; a preferência de um fim ou a aprovação de uma ação dependeriam sempre de um sentimento moral. Aqui, segundo Kemp Smith, Hume estava seguindo de perto as pegadas de Francis Hutcheson, professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow, com quem Hume manteve discussões filosóficas e trocou correspondência. Uma vez compreendida a subordinação em que a razão se encontra face aos sentimentos morais, se poderia compreender as inovações de Hume na sua "lógica", pois essa inversão também foi proposta nessa parte de sua filosofia. A razão, se deixada sozinha, acabaria por se auto-destruir e nenhuma certeza restaria; não fosse a força inabalável de nossas crenças naturais. Hume estendeu, para além do campo da moral, a idéia de que a razão é e deve ser escrava das paixões.

¹ Norman Kemp Smith, *The Philosophy of David Hume* (Macmillan, London, 1941).

Como mostrou David F. Norton,² não era somente Hutcheson que Hume estava seguindo, mas, antes dele, Shaftesbury já havia proposto igualmente a revalorização dos sentimentos diante da razão. Hume, assim, estava alinhando-se à filosofia dos sentimentos morais, da qual Adam Smith, aluno de Hutcheson e amigo pessoal de Hume, viria a ser outro representante destacado. No entanto, Hume entende que esse debate não foi claramente colocado pelos filósofos antigos ou modernos. "Os filósofos da antiguidade, embora afirmem que a virtude nada mais é senão a conformidade com a razão, parecem em geral considerar, não obstante, que a moral deriva sua existência do gosto e sentimento. Por outro lado, nossos modernos investigadores, embora também falem muito da beleza da virtude e da deformidade do vício, têm-se comumente esforçado para explicar essas distinções por meio de raciocínios metafísicos e deduções que partem dos mais abstratos princípios do entendimento." (pp. 20-21) E mesmo mais recentemente essa confusão não foi suficientemente esclarecida; Hume pretende, pois, ser aquele que finalmente livra um dos principais tópicos em filosofia moral dos mal-entendidos. "Os elegantes escritos de Shaftesbury, nos quais pela primeira vez essa distinção foi observada e que, em geral, aderem aos princípios dos filósofos da antiguidade, não estão, eles próprios, inteiramente livres dessa mesma confusão." (p. 21) Uma segunda importância da reflexão moral de Hume, portanto, reside em colocar o debate, não tanto sob uma nova perspectiva, mas de uma maneira transparente, de modo que a questão

² David F. Norton, *David Hume: Common-Sense Moralist, Skeptical Metaphysician* (Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1982).

possa ser finalmente resolvida. Hume, na segunda *Investigação*, procurará mostrar que ambos os lados têm sólidos motivos para suas opiniões e qual papel razão e sentimento desempenham no juízo moral. Se um sentimento moral é sempre necessário para a preferência de um fim ou uma ação em relação a outro fim ou outra ação, a reflexão nos interesses gerais do homem também se faz necessária; o juízo moral pressupõe que a reflexão nos leve para além de nossa perspectiva individual e alcance uma perspectiva universal.

As disputas filosóficas, naturalmente, se estendem para outros tópicos, como a descoberta do fundamento dos juízos morais. Na época de Hume, "descobrir o fundamento" significa descobrir qual o princípio da natureza humana que nos leva a manter determinada opinião ou juízo. Hobbes procurou mostrar como a moral poderia ser explicada a partir do egoísmo ou do amor-próprio que os homens nutrem por si mesmos. Hutcheson, entretanto, discordou dessa opinião e procurou mostrar como o altruísmo ou o amor pelos outros estava na base de nossa moral. Hume, uma vez mais, discordará dos dois lados, que têm uma visão excessivamente parcial do homem. Por um lado, o egoísmo é insuficiente para explicar a existência da moral, pois, caso fôssemos seres puramente egoístas, as distinções morais seriam abolidas; e, por outro, o altruísmo constitui igualmente é incapaz de explicar a existência de nossos juízos morais. É, portanto, necessária a combinação desses dois princípios para que se possa explicar satisfatoriamente a moral. O leitor também poderá deleitar-se com a reflexão humeana sobre a importância que a utilidade desempenha na determinação dos juízos morais e sobre a distinção entre virtudes naturais e artificiais, explicando o que se deve à natureza e o

que se deve à cultura. Mas deixo ao leitor o prazer de adentrar por si mesmo a reflexão humeana nesses tópicos.

Uma das razões pelas quais a leitura de Hume é particularmente agradável se deve ao seu modo claro, ordenado e erudito de argumentar. Hume sempre enuncia com clareza qual o problema a ser abordado, quais as opiniões envolvidas e como devemos nos posicionar diante delas; o leitor nunca fica perdido quanto ao assunto que está em pauta e aos argumentos envolvidos; a análise de Hume sempre procede examinando os vários ângulos a mesma questão, mas Hume nos lembra, a cada vez, qual é o ângulo do qual está considerando a questão; e, por fim, seus argumentos são baseados num conhecimento muito grande da história humana e da literatura antiga, particularmente a latina. O recurso à experiência é absolutamente essencial para conhecermos qualquer questão de fato ou existência e a história é, com efeito, o grande laboratório daqueles que querem descobrir os princípios da natureza humana. Com efeito, o método empírico, que parte da experiência e procura ordená-la, sistematizá-la e descobrir os princípios gerais que regem o comportamento humano, é, aos olhos de Hume, a melhor maneira de produzir conhecimento sobre os homens. "Dado que esta é uma questão fatural e não um assunto de ciência abstrata, só podemos esperar obter sucesso seguindo o método experimental e deduzindo máximas gerais a partir de uma comparação de casos particulares. O outro método científico, no qual inicialmente se estabelece um princípio geral abstrato que depois se ramifica em uma série de inferências e conclusões, pode ser em si mesmo mais perfeito, mas convém menos à imperfeição da natureza humana e é uma fonte comum de erro e ilusão, neste como em outros assuntos.

Hoje os homens estão curados de sua paixão por hipóteses e sistemas em filosofia natural, e não darão ouvidos a quaisquer argumentos a não ser aqueles derivados da experiência. Já é hora de que se proponham a uma reforma semelhante em todas as investigações morais, e rejeitem todos os sistemas éticos, por mais sutis e engenhosos, que não estejam fundados em fatos e na observação." (p. 26)

Como é bem sabido, Hume é reputado tanto pela sua perspicácia filosófica, como também pela qualidade literária de seus escritos, reputação essa que ele mesmo confessou ambicionar. Isso impõe, ao tradutor uma dupla responsabilidade, não somente a de manter a precisão e o rigor filosófico de seus escritos, como a de preservar o seu estilo e linguagem. O tradutor, no último parágrafo de sua pequena introdução, mostra-se consciente da dificuldade da tarefa e confessa com toda a franqueza que julga ter se saído bem.

Não verifiquei, naturalmente, se cada sentença do texto de Hume foi corretamente traduzida, tarefa imensa e, talvez, inútil, uma vez que a tradução já foi publicada; além disso, não entendo que minha função seja autenticar (ou não) a tradução, como se autenticam documentos em cartórios. Onde cotejei a tradução com o texto original, verifiquei que o sentido original foi sempre preservado. Por vezes, descobri passagens onde uma tradução mais literal e mais direta poderia ter sido feita sem nenhum prejuízo para a versão em português. Parece um princípio da tradução o de que devemos preservar, se possível, os mesmos termos do original e a mesma sintaxe. Mas, nesses poucos casos, talvez se trate somente de uma questão de preferência, não de sentido objetivo. Uma outra pessoa que tivesse traduzido a obra de maneira igualmente séria teria tradu-

zido-a de forma diferente, preservando o mesmo sentido original. Mas isso é uma verdade banal sobre traduções.

É preciso reconhecer, entretanto, que a dificuldade do texto humeano reside menos no seu rigor conceitual, do que no seu estilo literário. Hume emprega poucos termos técnicos, que, ademais, são em geral de fácil tradução, e não tem uma sintaxe confusa. Creio que o tradutor se saiu bem também no que diz respeito à manutenção do estilo humeano: o texto em português mantém a leitura fluente do original. Outro mérito da tradução é a de que a leitura da obra humeana continua muito agradável (embora eu discorde de Hume e não a julgue o melhor de seus escritos). Eu, pelo menos, tive imenso prazer em reler Hume. Um outro mérito da tradução é o de proporcionar traduções das citações latinas e gregas, pois pouquíssimos serão os leitores que entenderão as citações originais.

Diz-se comumente que os escritos de Hume tem "transparência local e confusão global". Do ponto de vista filosófico, portanto, a tradução é relativamente simples, toda a dificuldade consistindo em dar uma interpretação geral. Aqui, talvez, a introdução escrita pelo tradutor poderia ser mais útil e informativa ao leitor. Ela se limita a algumas observações de caráter bastante geral da filosofia humeana, como a questão da superação da visão de que Hume é um filósofo cético (num sentido estritamente negativo), cuja filosofia não passaria da destruição da razão, e a da relação do *Tratado da Natureza Humana* com as duas *Investigações*. Evidentemente, não era sua intenção oferecer uma interpretação da obra traduzida e, portanto, não se deve cobrar aquilo que ele não se propôs a fazer e não tinha obrigação de fazer. Entretanto, seria útil ao leitor, sobretudo ao leitor leigo que o tradutor julga que Hume tinha

em vista, conhecer o contexto em que a obra foi escrita e as intenções gerais do autor. Embora a parte moral da filosofia humeana tenha recebido menos atenção do que sua "lógica", não faltam referências que nos descrevem o quadro histórico, particularmente o livro acima referido de David F. Norton. Algumas referências, por exemplo, aos escritos de Shaftesbury e Hutcheson, como fontes da reflexão humeana, e aos de Clarke, Malebranche e outros racionalistas, como adversários da tradição a qual Hume se filia, ajudariam sobremaneira o leitor que desconhece esse debate. E não me parece equivocados dizer que esse debate é quase inteiramente ignorado no Brasil. Algumas referências à teoria egoísta de Hobbes e Locke também facilitariam ao leitor entender a relevância da reflexão humeana. Seria importante, além disso, chamar a atenção para algumas polêmicas essenciais que Hume pretende arbitrar: entre o papel da razão e do sentimento, entre o papel da natureza e da cultura e entre o egoísmo e o altruísmo na determinação do juízo moral; ou para o papel da utilidade na moral. O leitor encontrará, na introdução do tradutor, apenas uma defesa (a meu ver inteiramente desnecessária, porque não me parece correto dizer que o *scholar* prefere o *Tratado* ou desmerece as *Investigações*) da *Investigação sobre os Princípios da Moral* como um livro tão digno de ser lido quanto o *Tratado*; e nenhuma ajuda para a compreensão do seu conteúdo. Sendo a obra extremamente interessante, como o tradutor enfatiza, creio que teria valido a pena explicar, ainda que brevemente, o seu valor filosófico.

Sobre esse ponto, talvez valha a pena corrigir uma informação do tradutor, ou pelo menos prevenir um mal-entendido que sua introdução parece sugerir. Este diz que

Hume teve em vista "o leitor culto e educado para quem a filosofia não é um meio de vida, mas fonte de princípios e ensinamentos, e que busca antes o conteúdo substancial do que os penosos caminhos das réplicas e tréplicas" (p. 14). Ora, a meu ver, não é esse o leitor que Hume tem em vista, pelo menos não essencialmente. É verdade que Hume pretende unir "a investigação profunda com a clareza e a verdade com a novidade!" (E 10), mas a seção I da primeira *Investigação* consiste justamente na defesa da filosofia profunda, que se dirige ao intelecto e busca a verdade, contra a filosofia fácil, que se dirige a um público mais amplo e pretende formar o caráter por meio de máximas e exemplos (e não descobrir verdades). Em nenhum momento Hume pretendeu abandonar o campo da "metafísica" ou da filosofia difícil, em favor da filosofia fácil. Isso vale também para o caso da moral. Em famosa carta a Hutcheson, Hume responde a crítica que este lhe havia dirigido, a de que faltava nos escritos humeanos sobre moral "um certo calor em defesa da causa da verdade", distinguindo dois tipos de investigação: a do moralista, que pinta superficialmente a natureza humana; e a do metafísico, que descobre a estrutura profunda da natureza humana. Hume posiciona-se claramente a favor do segundo tipo, ainda que pretenda unir o moralista e o metafísico na medida do possível.³ Um dos grandes méritos de Hume é o de ter mostrado que a obscuridade não é necessária para a investigação profunda e que, ao escrever claramente, ele não fazia nenhuma concessão intelectual ao leitor.

Um aspecto formal, mas talvez relevante, é a não utilização da numeração da edição Selby-Bigge/P. H. Nidditch. É

³ Hume, D., *Letters of David Hume*, vol. I, ed. J. Y. T. Greig (Clarendon Press, Oxford, 1932), pp. 32-33.

em vista, conhecer o contexto em que a obra foi escrita e as intenções gerais do autor. Embora a parte moral da filosofia humeana tenha recebido menos atenção do que sua "lógica", não faltam referências que nos descrevem o quadro histórico, particularmente o livro acima referido de David F. Norton. Algumas referências, por exemplo, aos escritos de Shaftesbury e Hutcheson, como fontes da reflexão humeana, e aos de Clarke, Malebranche e outros racionalistas, como adversários da tradição a qual Hume se filia, ajudariam sobremaneira o leitor que desconhece esse debate. E não me parece equivocado dizer que esse debate é quase inteiramente ignorado no Brasil. Algumas referências à teoria egoísta de Hobbes e Locke também facilitariam ao leitor entender a relevância da reflexão humeana. Seria importante, além disso, chamar a atenção para algumas polêmicas essenciais que Hume pretende arbitrar: entre o papel da razão e do sentimento, entre o papel da natureza e da cultura e entre o egoísmo e o altruísmo na determinação do juízo moral; ou para o papel da utilidade na moral. O leitor encontrará, na introdução do tradutor, apenas uma defesa (a meu ver inteiramente desnecessária, porque não me parece correto dizer que o *scholar* prefere o *Tratado* ou desmerece as *Investigações*) da *Investigação sobre os Princípios da Moral* como um livro tão digno de ser lido quanto o *Tratado*; e nenhuma ajuda para a compreensão do seu conteúdo. Sendo a obra extremamente interessante, como o tradutor enfatiza, creio que teria valido a pena explicar, ainda que brevemente, o seu valor filosófico.

Sobre esse ponto, talvez valha a pena corrigir uma informação do tradutor, ou pelo menos prevenir um mal-entendido que sua introdução parece sugerir. Este diz que

zido-a de forma diferente, preservando o mesmo sentido original. Mas isso é uma verdade banal sobre traduções.

É preciso reconhecer, entretanto, que a dificuldade do texto humeano reside menos no seu rigor conceitual, do que no seu estilo literário. Hume emprega poucos termos técnicos, que, ademais, são em geral de fácil tradução, e não tem uma sintaxe confusa. Creio que o tradutor se saiu bem também no que diz respeito à manutenção do estilo humeano: o texto em português mantém a leitura fluente do original. Outro mérito da tradução é a de que a leitura da obra humeana continua muito agradável (embora eu discorde de Hume e não a julgue o melhor de seus escritos). Eu, pelo menos, tive imenso prazer em reler Hume. Um outro mérito da tradução é o de proporcionar traduções das citações latinas e gregas, pois pouquíssimos serão os leitores que entenderão as citações originais.

Diz-se comumente que os escritos de Hume tem "transparência local e confusão global". Do ponto de vista filosófico, portanto, a tradução é relativamente simples, toda a dificuldade consistindo em dar uma interpretação geral. Aqui, talvez, a introdução escrita pelo tradutor poderia ser mais útil e informativa ao leitor. Ela se limita a algumas observações de caráter bastante geral da filosofia humeana, como a questão da superação da visão de que Hume é um filósofo cético (num sentido estritamente negativo), cuja filosofia não passaria da destruição da razão, e a da relação do *Tratado da Natureza Humana* com as duas *Investigações*. Evidentemente, não era sua intenção oferecer uma interpretação da obra traduzida e, portanto, não se deve cobrar aquilo que ele não se propôs a fazer e não tinha obrigação de fazer. Entretanto, seria útil ao leitor, sobretudo ao leitor leigo que o tradutor julga que Hume tinha

Hume teve em vista "o leitor culto e educado para quem a filosofia não é um meio de vida, mas fonte de princípios e ensinamentos, e que busca antes o conteúdo substancial do que os penosos caminhos das réplicas e tréplicas" (p. 14). Ora, a meu ver, não é esse o leitor que Hume tem em vista, pelo menos não essencialmente. É verdade que Hume pretende unir "a investigação profunda com a clareza e a verdade com a novidade!" (E 10), mas a seção I da primeira *Investigação* consiste justamente na defesa da filosofia profunda, que se dirige ao intelecto e busca a verdade, contra a filosofia fácil, que se dirige a um público mais amplo e pretende formar o caráter por meio de máximas e exemplos (e não descobrir verdades). Em nenhum momento Hume pretendeu abandonar o campo da "metafísica" ou da filosofia difícil, em favor da filosofia fácil. Isso vale também para o caso da moral. Em famosa carta a Hutcheson, Hume responde a crítica que este lhe havia dirigido, a de que faltava nos escritos humeanos sobre moral "um certo calor em defesa da causa da verdade", distinguindo dois tipos de investigação: a do moralista, que pinta superficialmente a natureza humana; e a do metafísico, que descobre a estrutura profunda da natureza humana. Hume posiciona-se claramente a favor do segundo tipo, ainda que pretenda unir o moralista e o metafísico na medida do possível.³ Um dos grandes méritos de Hume é o de ter mostrado que a obscuridade não é necessária para a investigação profunda e que, ao escrever claramente, ele não fazia nenhuma concessão intelectual ao leitor.

Um aspecto formal, mas talvez relevante, é a não utilização da numeração da edição Selby-Bigge/P. H. Nidditch. É

³ Hume, D., *Letters of David Hume*, vol. I, ed. J. Y. T. Greig (Clarendon Press, Oxford, 1932), pp. 32-33.

bem verdade que a numeração tradicional nem sempre reflete a ordenação lógica do texto, refletindo o que poderia ser uma certa incompreensão do raciocínio humeano. No entanto, todos (ou quase todos) os comentadores citam os textos segundo essa numeração tradicional. Ao não reproduzi-la, a tradução impede ou, pelo menos, dificulta tremendamente, que o leitor possa cotejar o comentário com a passagem original.